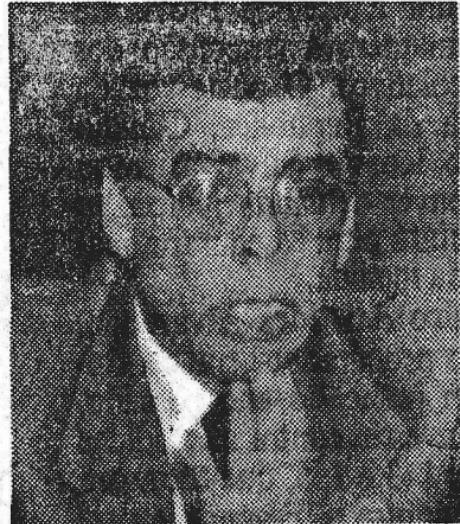


Aristides Junqueira Defensor da Constituição volta à cena

Mineiro de São José Del Rey como Tancredo Neves, Aristides Junqueira Alvarenga, 48 anos, casado, dois filhos, se considera "um guardião da ordem jurídica e dos direitos individuais indisponíveis" e "um defensor intransigente da Constituição". Formado em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1967, galgou postos no Ministério Pùblico Federal até ser indicado procurador-geral da República pelo ex-presidente José Sarney, com aprovação do Senado.

Antes de chegar ao Ministério Pùblico Federal, Aristides Junqueira atuou durante seis anos como promotor no interior de Goiás, percorrendo municípios como Porangatu, Palmeira de Goiás e Goianésia. Ao propor ontem ação de constitucionalidade contra a Medida Provisória 190, com a qual o presidente Fernando Collor substitui a Medida 185, rejeitada pelo Congresso, voltou a exercer o papel de defensor da Constituição.

Junqueira foi empossado como procurador-geral da República em 28 de junho do ano passado, substituindo no cargo o hoje ministro do Supremo Tribunal Federal Sepúlveda Pertence. À época, ele ocupava o cargo de vice-procurador, substituindo o titular na ausência. "Nosso



maior desafio no Ministério Pùblico Federal é mudar a mentalidade do brasileiro, que faz lei para não ser cumprida", disse. "Não adianta importar leis estrangeiras. Temos é que fazer cumprir as leis vigentes".

Logo no início do governo Collor, Aristides Junqueira investiu contra as Medidas Provisórias 153 e 155, que tratavam de crimes contra a Fazenda Nacional e previam punições inconstitucionais. As duas medidas foram retiradas do Congresso pelo presidente, que reconheceu os erros cometidos após o alerta dado pelo procurador geral da República.

Aristides Junqueira tem mandato de dois anos e só poderá ser destituído do cargo pelo presidente Collor e com autorização da maioria absoluta do Senado. "Quando proponho ação de constitucionalidade contra ato do presidente da República, quem o faz não é o cidadão Aristides Alvarenga, mas sim o chefe do Ministério Pùblico Federal", afirmou.